

# "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

**DECRETO № 1960/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.** 

"Dispõe sobre a suspensão das aulas presenciais no Sistema Municipal e Estadual de Ensino no município de Quadra e a substituição das atividades pedagógicas presenciais pela modalidade remota para o 1º bimestre de 2021 e dá outras providências".

**LHEONIDES DE OLIVEIRA ANDRADE**, Prefeita do Município de Quadra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1.988 estabelece em seu artigo 277, caput, que: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão";

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de





# "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID- 19);

CONSIDERANDO os termos do artigo 32, §4º, da Lei 9.394/96 que dispõe o seguinte: "o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais";

CONSIDERANDO que em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou o Parecer CNE/CP nº. 05/2020, contendo orientações visando à reorganização do calendário escolar, devido à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº. 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece em seu art. 1º normas educacionais a serem adotados, em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº. 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o artigo 2º, inciso I da Lei acima citada, o qual preceitua que: "Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional: I - na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; II - no ensino fundamental e no ensino médio, da



# "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo."

CONSIDERANDO que a volta às aulas está condicionada à autorização dos prefeitos de cada um dos 645 municípios paulistas, conforme menção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo em atenção ao princípio da autonomia dos entes federativos;

CONSIDERANDO o anúncio do Excelentíssimo Senhor Secretário em que destacou no dia 19/08/2020 que os Prefeitos podem criar calendários próprios e planos mais restritivos, com base nos dados epidemiológicos regionais, e ainda, se eventual decisão municipal diferir do calendário proposto pelo Estado, a medida local valerá para todas as escolas públicas e privadas daquela cidade.

CONSIDERANDO o regresso da fase amarela para vermelha na região de Sorocaba, vigente a partir de 25/01/2021;

CONSIDERANDO o crescente número de munícipes infectados pelo COVID-19 nos últimos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO o manifesto parecer desfavorável em reunião coletiva realizada no paço municipal entre Prefeita, Vice-Prefeito, Secretário Municipal de Educação, Secretário Municipal da Saúde e demais





## "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

órgãos atuantes quanto ao retorno das aulas emergenciais, mediante o expressivo número de pessoas com o COVID;

CONSIDERANDO que os órgãos colegiados vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação na sua maioria se opõe ao retorno presencial,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suspensas a retomada das atividades e aulas presenciais na rede pública municipal e estadual de educação do município de Quadra até 16 de abril de 2021, data em que encerra o 1º bimestre letivo, salvo deliberação ulterior;

**Parágrafo Único:** As atividades educacionais deverão continuar de forma remota até o retorno integral das atividades presenciais.

Art. 2 º - Fica autorizada, em caráter excepcional, no Sistema Municipal de Ensino de Quadra, especificamente nas escolas da Rede Pública Municipal a substituição das disciplinas presenciais, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental, por atividades letivas e pedagógicas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios afins, e atividades em regime domiciliar para o bimestre, conforme prevê o § 4º, do inciso IV, do art. 32, da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 3 º - Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, a definição dos conteúdos a serem aplicados, das ferramentas a serem utilizadas, bem como as formas de avaliação e registros, para fins de funcionamento da Educação Remota no bimestre.

Art. 4º - As atividades educacionais desenvolvidas através do uso das tecnologias ou atividades em regime domiciliar serão consideradas e





A way guadra en gov hr



# "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

validadas como conteúdo acadêmico aplicado no referido ano letivo, compondo assim o total de horas estabelecido na legislação vigente.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação providenciarão o Calendário Escolar atualizado, adequando-se as peculiaridades da situação de calamidade pública, sem reduzir o número de horas letivas, tendo por objetivo o cumprimento da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, nos termos da legislação educacional vigente.

**Art. 6º** - As Unidades Escolares Municipais utilizarão o sistema de progressão continuada para todos os anos escolares no ano letivo de 2021, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino aprendizagem, conforme § 2º, do inciso IV, do art. 32, da Lei 9.394/96.

Art. 7º - Fica determinada para o ano letivo de 2021, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a implantação de Plano de Ação de Acompanhamento dos alunos, contendo no mínimo:

I - Avaliação Diagnóstica para fins de verificação do nível de aprendizagem dos alunos;

II - Programas obrigatórios de estudos de recuperação para os casos de baixo rendimento escolar, diagnosticados através da Avaliação, constante no inciso I, deste artigo, a saber: Reforço contínuo ao longo do ano; Reforço paralelo de acordo com a necessidade.

III - Programas complementares de apoio, a serem definidos.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação poderá organizar o ensino de forma diferenciada do sistema de ano anual, conforme estabelece o art. 23, da Lei 9.394/96, de acordo com as necessidades detectadas a partir da avaliação aplicada em todas as Unidades Escolares que integram a rede pública do Sistema Municipal de Ensino, sempre que o processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 9º - Neste período em que ocorrerá a suspensão das atividades presenciais e o desenvolvimento da educação à distância, fica autorizado a







## "Capital do Milho Branco" Paço Municipal José Darci Soares

concessão de kits de merendas para os alunos da Rede Municipal de Ensino, considerando a alimentação uma extensão do processo de aprendizagem.

**Art. 10** — As medidas deste Decreto poderão ser revistas, revogadas ou prorrogadas, mediante as avaliações atualizadas em decorrência da pandemia COVID-19, observados os critérios de restrições eventualmente estabelecidos nos Decretos Estaduais e indisponibilidade do interesse público;

Art. 11 – Eventuais medidas complementares a este Decreto poderão ser editadas pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de Resolução, dentro de suas atribuições;

**Art. 12 –** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quadra/SP, 25 de janeiro de 2021

LHEONIDES DE OLIVEIRA ANDRADE PREFEITA DO MUNICIPIO DE QUADRA-SP

Publicado e registrado em livro próprio da Secretaria da Prefeitura do Município de Quadra, Estado de São Paulo e afixada no quadro de publicações instalado no átrio desta Munigipalidade aos 25 de janeiro de 2021.

ALESSANDRA MASCARENHA MENDES

